

A TRANSEXUALIDADE DISCURSIVIZADA NO GÊNERO DISCURSIVO INFOGRÁFICO: REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE, RELAÇÃO DE PODER E IDENTIDADE

Rafael Vitória Alves

Mestrando em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná,
Brasil.

Dulce Elena Coelho Barros

Doutora em Linguística, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil.

Neil Franco

Doutor em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná,
Brasil.

RESUMO: Tendo em vista que o Brasil é o país líder mundial em assassinato de pessoas transexuais, este artigo apresenta um empreendimento teórico-analítico sustentado na/pela Análise Crítica de Gênero (textuais/discursivos) e Semiótica Social/Gramática do Design Visual, tendo como *corpus* um exemplar do gênero discursivo infográfico intitulado “Entenda o transtorno de gênero”, que se situa no campo jornalístico. Visamos compreender como os discursos que constituem esse infográfico: representam a realidade da transexualidade a partir de conhecimentos e crenças, estabelecem relações de poder e (re)constróem a identidade da pessoa transexual. Os resultados apontam para a representação de uma realidade “torturante” e “conflitante”, baseada em relações sociais assimétricas em que os especialistas representantes da ciência são privilegiados em detrimento da própria pessoa transexual, construindo/reforçando uma identidade patológica desta última. Assim, pretende-se visibilizar a transexualidade, de modo a problematizar os discursos circulantes na mídia jornalística, almejando contribuir com a transformação da maneira como a sociedade concebe as(os) transexuais e com a emancipação desse grupo historicamente desprivilegiado.

Palavras-chave: Transexualidade. Análise Crítica de Gênero. Gramática do Design Visual.

ABSTRACT: Considering that Brazil is the world leader in the murder of transsexual people, this article presents a theoretical-analytical study supported by the Critical Analysis of Genre (textual/discursive) and Social Semiotics/Grammar of Visual Design, having as corpus an example of the infographic discursive genre entitled "Understand gender disorder", which is located in the journalistic field. We aim to understand how the discourses that constitutes this infographic: represent the reality of transsexuality based on knowledge and beliefs, establish power relations and (re)construct the identity

of the transsexual person. The results point to the representation of a "torturing" and "conflicting" reality, based on asymmetrical social relations in which the representatives of science are privileged to the detriment of the transsexual person, constructing/reinforcing a pathological identity of the transsexual. Thus, it is intended to make transsexuality visible, in order to problematize circulating discourses in the journalistic media, aiming to contribute to the transformation of the way society conceives transsexuals and to the emancipation of this historically underprivileged group.

Keywords: Transsexuality. Critical Analysis of Genre. Grammar of Visual Design.

INTRODUÇÃO

Seja em notícia de jornal, seja em postagem do *Facebook*, ou em qualquer outro meio, é notória a recorrente divulgação de morte de pessoas transexuais no Brasil, que retrata um quadro alarmante vivenciado por esse grupo no país. De acordo com a *Transgender Europe*, organização que se estabeleceu como voz legítima da comunidade trans na Europa, durante o período de janeiro de 2008 a dezembro de 2015, o Brasil se manteve na liderança do *ranking* de morte de pessoas transexuais no mundo (TGEU, 2016). Com 802 mortes, o país dispara em relação ao segundo colocado, que é o México com 229 (TGEU, 2016). Os números são também preocupantes quando se fala em expectativa de vida. Enquanto que a de uma pessoa transexual brasileira gira em torno dos 37 anos, a de um brasileiro não transexual é, em média, de 74,6 anos (NOGUEIRA *et al.*, 2016).

Esse cenário revela a necessidade de investigações que se ocupem de compreender/interpretar os discursos que circulam nas mídias em torno da população transexual. Para o contexto deste artigo, elegeu-se o gênero discursivo infográfico, tendo em vista que ele, dentro do jornalismo, além de um caráter midiático (isto é, de suscitar o interesse dos interlocutores, lançando mão de estratégias próprias de captação), vale-se de um caráter didático (propõe-se a explicar fatos ao público em geral, utilizando uma linguagem simplificada, clara, objetiva e multimodal) (SOUZA, 2009). Entende-se, portanto, que a finalidade social desse gênero discursivo é não só informar, mas também capilarizar o acesso à informação. Assim, esse gênero vem se popularizando e ganhando adesão da sociedade (TEIXEIRA; MOURA, 2015).

Para nortear o percurso analítico, as reflexões aqui tecidas ancoram-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise Crítica de Gênero (ACG), a qual vem se consolidando dentro do campo dos estudos da linguagem e, segundo Motta-Roth e Marcuzzo (2010), calca-se numa abordagem interdisciplinar, combinando nuances de quatro perspectivas teóricas, a saber: Análise sociológica do discurso (BAKHTIN, 1986, 2008 [1981]), Sociorretórica (SWALES, 1990, 2004), Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 2004) e Análise Crítica do Discurso (ACD), que apresenta como seu principal expoente o estudioso britânico Norman Fairclough (2001 [1992], 2003).

Mesmo considerando esses atravessamentos entre as perspectivas, para este estudo, as contribuições de Fairclough, bem como de pesquisadores adeptos à ACD, mostram-se mais propícias aos objetivos da proposta deste trabalho e, portanto, terão centralidade. Isso porque, em ACD, as práticas linguístico-discursivas são pensadas sob um ponto de vista intervencionista e emancipatório. A bandeira que se ergue aqui é a de que a linguagem, enquanto prática social, pode vir a contribuir com a emancipação de grupos menos privilegiados (MEURER, 2005). Na medida em que há um problema social que afeta a minoria envolvida no tema em foco, urge que se lute por uma mudança nas formas de representação dos sujeitos transexuais.

Tendo em vista o caráter multimodal do gênero infográfico, convoca-se também para a análise a Gramática do Design Visual de Kress e Van Leeuwen (1996) – enquadrada, por sua vez, nos domínios teóricos da Semiótica Social.

Em vista do que foi apresentado, este artigo de caráter teórico-analítico compreende um estudo de caso do infográfico intitulado “Entenda o transtorno de gênero”, que compõe a reportagem “Transtorno de gênero é tabu e sofrimento para adolescentes”, veiculada pelo jornal eletrônico “O Tempo”, em 23 de agosto de 2015. Nos limites deste estudo, o infográfico em foco será analisado com vistas a compreender como os discursos que ecoam na sua dimensão multimodal: a) representam a realidade da transexualidade, a partir de conhecimentos e crenças; b) estabelecem relações de poder; c) (re)constroem a identidade da pessoa transexual.

Para compor o trajeto e atender aos objetivos propostos, damos início a esse empreendimento acadêmico buscando na medicina, na psicanálise e na psicologia suas respectivas concepções daquilo que vem a ser a transexualidade. A seguir, passamos a tratar do gênero discursivo infográfico e sua relação com o jornalismo, posto que o *corpus* escolhido se manifesta enquanto parte constitutiva dessa prática discursiva. Subsequentemente,

apresentamos as abordagens teórico-metodológicas que embasam este trabalho e, por fim, empreendemos a análise.

A TRANSEXUALIDADE

Definir “transexualidade” não é uma tarefa fácil, uma vez que as concepções variam conforme o prisma que se adota. Dito isso, a discussão deste tópico enfocará três campos do saber: medicina, psicanálise e psicologia, tendo em vista que são seus respectivos discursos que são evocados no infográfico escolhido para a análise.

Cossi (2010), graduado em psicologia e especialista em psicanálise, leva a cabo uma investigação teórica acerca da transexualidade, com vistas a reunir instrumentos que possam ampliar a compreensão e tratamento do fenômeno (como assim dito por ele) para além do campo da patologia. Para tanto, o autor um faz um resgate histórico da literatura da transexualidade, perpassando não só a psicologia e a psicanálise como também a medicina. Por tal razão, seu trabalho será o cerne da discussão deste tópico, mas em articulação com outros trabalhos.

No que pôde apurar o trabalho de Cossi (2010), na medicina, ainda perdura a visão da(o) transexual como um sujeito portador de um transtorno de identidade sexual, portanto uma condição patológica, já que há contradição entre seu sexo biológico e sua identidade sexual. Para Cossi (2010), essa visão está sedimentada em uma concepção normativa e binária de gênero, atestando que o corpo do homem deve ser coerente com os ideais que determinam a sua masculinidade e o da mulher com os ideais que determinam a sua feminilidade. Nessa linha de pensamento, a masculinidade e a feminilidade podem ser compreendidas, segundo Cossi (2010, p. 15), como “um conjunto de traços de personalidade, rede de crenças, sentimentos, atividades, valores e condutas” atribuído sócio-historicamente a homens e mulheres na intenção de diferenciá-los. Essa concepção normativa e binária desconsidera, portanto, um amplo espectro que envolve o conceito de gênero.

Esse modo de conceber a transexualidade reverbera na atuação do médico, o qual é incumbido de corrigir o “erro” por meio de intervenções médicas, como tratamento hormonal e cirúrgico (COSSI, 2010). Essa atuação reafirma a condição patológica conferida à transexualidade pela medicina, que é denominada nesta área, mais especificamente no Manual de diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM), como “Transtorno de identidade de

gênero”, e ocupa a sigla F.64.0 no CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) da Organização Mundial da Saúde (COSSI, 2010).

Na psicanálise não é diferente. Cossi (2010) aponta que, embora haja uma variedade de teorias psicanalíticas, a concepção de transexualidade como patologia subjaz a praticamente todas elas. Stoller (1982), nome mais influente quando se trata do estudo da transexualidade na psicanálise, incorporou “a noção de ‘gênero’, revelando que o sexo, no sentido anatômico, diferencia-se da identidade, no sentido social ou psíquico, e que não necessariamente são correspondentes” (COSSI, 2010, p. 9-10). No entanto, para ele, tal como para medicina, essa “não correspondência” é de ordem patológica (COSSI, 2010).

As noções trazidas por Cossi (2010) coadunam-se com as discussões feitas no trabalho de Arán (2006) – psicanalista e professora visitante do Instituto de Medicina Social da Uerj – no sentido de que ambos os autores reconhecem que, tanto na medicina como em parte na psicanálise, a transexualidade é projetada como uma patologia ou, em outras palavras, um “transtorno” de identidade ocasionado pela não conformidade entre sexo biológico e gênero.

A psicologia, por sua vez, caminha na contramão das outras duas áreas apresentadas. O próprio trabalho de Cossi (2010), enquadrado na linha de pesquisa da Psicologia clínica, é um exemplo disso, uma vez que busca uma compreensão da transexualidade que supere a visão patológica. Esse olhar da psicologia fica explícito na “Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013), disponibilizada pelo Conselho Federal de Psicologia, que passa a ser um documento de referência aos profissionais da psicologia.

A orientação preconizada pela supramencionada nota é que os profissionais da psicologia devem “atuar como ferramenta de apoio ao sujeito, de modo a ajudá-lo [pessoa trans] a certificar-se da autenticidade de sua demanda, englobando todo o seu contexto social” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p. 2). Disso decorre que, para a psicologia, a transexualidade não é patologia e, sim, “algumas das múltiplas possibilidades de vivência da sexualidade humana” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p. 2). Com base nesses preceitos, Palhano (2016) orienta que os profissionais da psicologia não reproduzam termos como “transtorno” ou “disforia”, entre outros, pois eles reforçam a condição de patologia da transexualidade.

O cuidado com os termos circulantes para se referir à transexualidade voltam o nosso olhar para o jornalismo, que é o campo da atividade humana consolidado para a divulgação de

informações à população em geral. É preciso considerar que, a depender da temática, os gêneros discursivos do jornalismo apoiam-se em discursos científicos para dar credibilidade aos textos, sendo o infográfico um exemplo bastante típico, pois parte de uma proposta de “facilitar” a compreensão dos leitores acerca de uma informação “complexa”, muitas vezes advinda de outros campos, como o científico.

O JORNALISMO E O GÊNERO DISCURSIVO INFOGRÁFICO

Embora o infográfico, por sua constituição multimodal e linguagem acessível, “facilite” a compreensão, é preciso reconhecer que, na qualidade de um gênero discursivo do jornalismo, ele desempenha “papel fundamental na produção e legitimação de representações e identificações específicas [...]” (RECHETNICOU; LIMA, 2016, p. 118).

Haja vista essa afirmação e a vertente crítica deste trabalho, os infográficos são entendidos, aqui, como gêneros que fazem parte das práticas sociais atreladas a grupos específicos e permeados por uma série de outras práticas sociais (de divulgação, de comércio, de representação política, etc.) – o que permite que possamos verificar e problematizar a forma como eles constroem versões da realidade, não raro beneficiando grupos dominantes (BONINI, 2012). Essa perspectiva crítica é:

uma forma de se conhecer as estratégias de dominação das elites conservadoras, mas também uma forma de se colocar uma contrapalavra ao discurso neoliberal hegemônico do jornalismo das grandes empresas de mídia, fomentando o debate. É também uma forma de se produzir subsídios para a leitura crítica das mídias em escolas e para o letramento midiático de modo geral (BONINI, 2012, p. 8).

Dessa forma, pensar criticamente os diferentes modos de semiologização dos gêneros discursivos produzidos e distribuídos em meio ao campo da atividade humana jornalística não apenas permite “oportunizar a ampliação dos conhecimentos sobre as práticas jornalísticas, mas também, e principalmente, favorecer o debate, a formação do cidadão crítico, e a participação política” (BONINI, 2012, p. 10).

Considerando nosso foco, delinearemos o percurso, como já mencionado, por duas correntes, que combinam no seu escopo tanto teoria quanto metodologia de análise: a ACG, que finca suas raízes na ACD, embora também traga contribuições de outras teorias; e a

Semiótica social, que tem a Gramática Visual como seu instrumento analítico. Ambas correntes se complementam e servem de aporte para a análise do gênero multimodal em questão.

ANÁLISE CRÍTICA DE GÊNERO

É preciso demarcar, neste momento inicial, como entendemos conceitualmente discurso e texto: “o discurso é o conjunto de afirmações que, articuladas na linguagem, expressam valores e significados das diferentes instituições; o texto é a realização linguística na qual se manifesta o discurso” (MEURER, 2005, p. 87). A par desse entendimento, podemos seguir com a discussão.

Cardoso (2012, p. 20) assevera que “os estudos sobre gênero têm sido cada vez mais frequentes”. A autora ainda complementa que a análise de gênero “engloba a investigação do texto e do discurso, a descrição da língua, a visão da sociedade além de responder a questões de natureza sociocultural no uso desta língua” (CARDOSO, 2012, p. 20).

Na ACD, como bem observou Meurer (2005, p. 103), não há “preocupação sistemática com a pesquisa sobre gêneros”. Todavia, há uma percepção de que as discussões sobre gêneros estejam ganhando espaço na teoria de Fairclough – isso é perceptível pela recorrência do termo “gênero (textual/discursivo)” nos seus trabalhos. Em *Discourse and social change* (FAIRCLOUGH, 2001 [1992]), o termo “gênero” foi referenciado em apenas 21 páginas. Uma década mais tarde, em *Analysing discourse: textual analysis for social research* (FAIRCLOUGH, 2003), o termo passa a ser referenciado em 94 páginas (MOTTA-ROTH, 2008). Fairclough (2001, p. 161) entende gênero como:

um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com, e parcialmente realiza, um tipo de atividade socialmente aprovada, como a conversa informal, compra de produtos em uma loja, uma entrevista de emprego [...]. Um gênero implica não somente um tipo particular de texto, mas também processos particulares de produção, distribuição e consumo de textos.

Nessa mesma obra, Fairclough (2001) estabelece as três funções da linguagem, que são também entendidas como as dimensões constitutivas do discurso, que coexistem e interagem, que são: “identitária”, “relacional” e “ideacional”. Elas são definidas da seguinte forma:

A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a função ideacional aos

modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações. As funções identitária e relacional são reunidas por Halliday (1978) como a função interpessoal. Halliday também distingue uma função “textual” que pode ser utilmente acrescentada ao primeiro plano ou relegada a um plano secundário, tomadas como dadas ou apresentadas como novas, selecionadas como “tópico” ou “tema”, e como partes de um texto se ligam a partes precedentes e seguintes do texto, e à situação social “fora do texto” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92).

Em momento posterior, Fairclough (2003) correlaciona essas três funções da linguagem com os três principais significados do discurso, que são: identificacional, acional, representacional, bem como as ordens do discurso: estilo, gênero e discurso. Por conseguinte, a função identitária está em relação dialética com o significado identificacional e com o estilo; a função relacional está em relação dialética com o significado acional e com o gênero (em especial, no que diz respeito ao dialogismo na concepção de Bakhtin); e a função ideacional está em relação dialética com o significado representacional e o discurso.

Com isso, pode-se concluir que embora gêneros, discursos e estilos, assim como os significados do discurso e as funções da linguagem tenham suas especificidades, a relação entre eles é dialética. Em outras palavras, cada qual internaliza traços de outros, de maneira que nunca se excluem ou se reduzem a um (RESENDE; RAMALHO, 2005).

Como é perceptível, há contribuições de teóricos além de Fairclough, como Bakhtin e o dialogismo e Halliday e as funções da linguagem. E é nesse intercruzamento teórico que são assentadas as bases da ACG, tal como visto anteriormente. Assim, Meurer (2002), um dos precursores da ACG, pensando em termos metodológicos, lança a questão: como ler e analisar criticamente os diferentes gêneros textuais/discursivos? O caminho apontado por ele é, justamente, a tríplice constitutiva do discurso, a partir da qual se entende que o discurso: “1 – produz e reproduz conhecimentos e crenças por meio de diferentes modos de *representar a realidade*; 2 – estabelece *relações sociais*; 3 – cria, reforça e reconstitui *identidades*” (MEURER, 2002, p. 18, grifos nossos). E são essas três faces do discurso que configuram o método que será usado no percurso analítico, não deixando de lado as relações dialéticas a que elas estão submetidas.

SEMIÓTICA SOCIAL E GRAMÁTICA DO DESIGN VISUAL

A Semiótica Social surge na década de 1980, com inspiração na concepção de signo erigida pelo pai da ciência linguística Ferdinand Saussure. Essa escola “bebe da fonte” da

Linguística Sistêmico-Funcional e da ACD, com o objetivo de fornecer ferramentas para a análise de textos multimodais (LEAL, 2016).

Partindo do princípio que os indivíduos produzem e reproduzem significações a partir do mundo social em que se situam, cujas significações podem ser expressas na linguagem por intermédio de diferentes modos semióticos, a Semiótica Social elabora o seu quadro de análise intitulado *Grammar of Visual Design*, que tem por objetivo “fornecer uma gramática que também contemple os significados realizados pelo visual, procurando interpretar experiências e formas de interação social dentro de uma perspectiva semiótica” (LEAL, 2016, p. 60).

Para isso, os autores Kress e van Leeuwen (1996), na esteira do caminho trilhado também por Fairclough, retomam as três metafunções propostas pela gramática sistêmico-funcional: interpessoal, ideacional e textual, porém, adotam uma terminologia própria, mas correspondente: interativa (interpessoal), representacional (ideacional) e composicional (textual). Considerando que na ACG (assim como na ACD) a metafunção interpessoal se divide em: relacional e identitária e, além dessas, há a ideacional, o foco recairá nas seguintes metafunções da Gramática do Design Visual: representacional e interativa.

A metafunção *representacional* é subdividida em *narrativa* e *conceitual*. A primeira representa ações sociais constituídas pela presença de ator(es)/reator(es) e vetor(es), que são traço(s) invisível(is) que indica(m) uma conexão entre ator(es)/reator(es) e algo/alguém. Já a segunda representa construções sociais, portanto, não há ação e vetor (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996).

As imagens narrativas podem ser construídas por meio de quatro processos: acionais, reacionais, verbais e mentais. No processo *acional*, tem-se a figura do ator que executa uma ação dirigida; se dirigida há algo/alguém especificado é *transacional*, se dirigida a algo não especificado é *não transacional*. No processo *reacional*, tem-se a figura do reator que executa uma ação por meio do olhar; se dirigida há algo/alguém especificado dentro da imagem é *transacional*, se dirigido para algo fora da imagem é *não transacional*. No processo *verbal*, tem-se a figura do dizente que executa uma ação representada por balões de fala. E, por fim, no processo *mental*, tem-se a figura do experienciador que executa uma ação representada por balões de pensamento (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996).

As imagens conceituais, por sua vez, representam os participantes em termos de sua “essência”, podendo ser construídas por meio de três tipos de processos: *classificacionais* (representam os participantes em termos de relações de classes taxionômicas), *analíticos*

(representam os participantes relacionando-os segundo uma estrutura de parte e todo) e *simbólicos* (representam o que o participante significa ou é, a partir da relação entre portador e atributivo simbólico) (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996).

A metafunção *interativa*, por seu turno, atém-se a interação entre a imagem e o leitor/observador, sendo este representado pelas “pessoas que produzem e dão sentido às imagens no contexto das instituições, que regulam o que pode ser ‘dito’ com as imagens, como deve ser dito, e como deve ser interpretado” (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996, p. 114). Contato, distância social, perspectiva e modalidade (ou valor de realidade) são recursos que estabelecem maior ou menor grau de envolvimento, proximidade, relação de poder e contextualização entre o que se vê (participante representado) e quem vê (leitor/observador) (CÂMARA, 2010).

A categoria de *contato* é identificada pelo direcionamento do olhar do participante representado e o leitor, comportando duas possibilidades: *demanda*, quando o olhar do participante representado se dirige diretamente ao olhar de quem observa a imagem, sugerindo com este “afinidade social”; e *oferta*, quando o participante da imagem não estabelece contato direto pelo olhar com o leitor/observador, logo, o participante é objeto passivo da mensagem (CÂMARA, 2010).

A *distância social* é a categoria que remete a um maior ou menor distanciamento social entre observado e observador, sendo os enquadramentos mais comuns: *plano fechado (close-up)*, *plano médio (medium shot)* e *plano aberto (long shot)*, que denotam, respectivamente, um maior ou menor grau de intimidade com o leitor/observador (CÂMARA, 2010).

A categoria de *perspectiva* reforça condições, atitudes e relações de poder entre participantes e observador e divide-se em: *frontal* (sugere envolvimento entre participante representado e leitor/observador), *oblíquo* (sugere impessoalidade e alheamento à cena) e *vertical* (sugere a existência de relação de poder entre participante representado e leitor/observador) (CÂMARA, 2010).

A última categoria é a *modalidade*, que se refere às representações sociais do real que definem maior ou menor grau de verdade ou credibilidade das imagens. Mas, antes de tudo, é preciso reconhecer que a definição do real varia a depender do olhar de cada grupo social em particular, isto é, nem todos os grupos concebem o “real” da mesma forma. Em vista disso, Kress e Leewen (1996, p. 165) definem quatro orientações de codificação que “são conjuntos

de princípios abstratos que informam a maneira por meio da qual os textos são codificados por grupos sociais específicos ou em contextos específicos institucionais”.

As quatro orientações de codificação, que nos mostram como cada uma concebe a realidade, são: a) *naturalista*, cuja noção de realidade visual é aquela se aproxima ao máximo possível da visão que teríamos ao vivo; b) *abstrata*, cuja realidade visual reside na redução do do concreto às suas qualidades essenciais; c) *científico-tecnológica*, que tem como princípio dominante a eficácia da imagem, portanto, a realidade visual está no uso prático e explicativo de uma imagem, sendo seu uso mais comum em mapas, diagramas, por exemplo; d) *sensorial*, a realidade visual está baseada no efeito de prazer ou desprazer que a imagem causa no leitor (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996). Dado o exposto, não há como afirmar que uma realidade é mais “real” que a outra. É preciso, primeiramente, identificar a orientação de codificação predominante para que, a partir disso, faça-se a análise com a sua respectiva concepção do real e, quanto mais se aproximar dessa concepção, mais verdade e credibilidade a imagem passa (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996).

O esquema abaixo sintetiza as categorias da Gramática do Design Visual que serão consideradas para a análise:

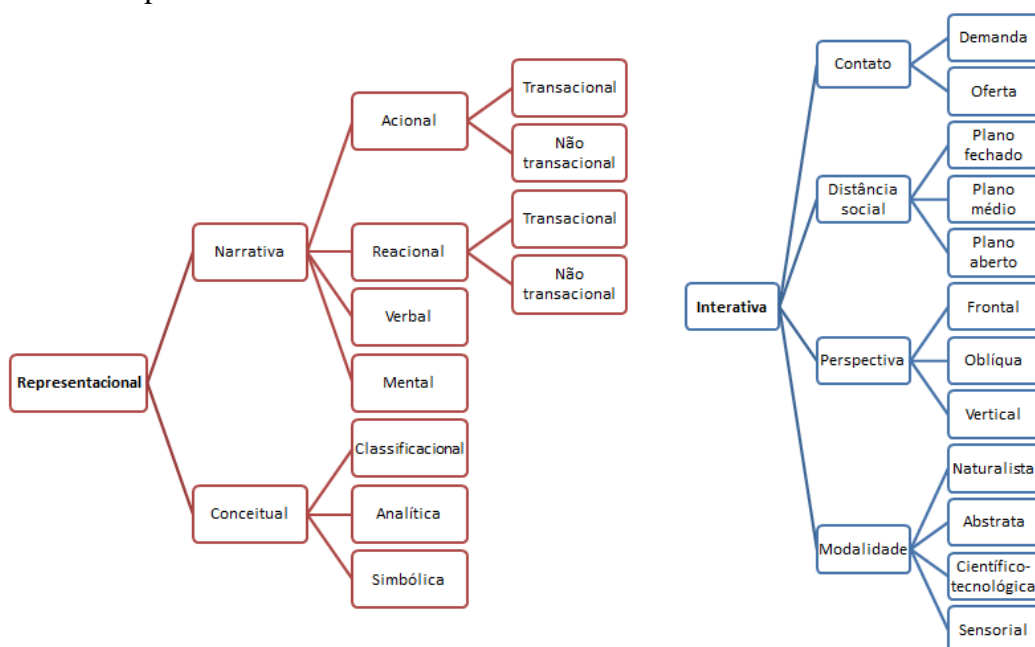


Figura 1 – Categorias analíticas da Gramática do Design Visual.

Fonte – Produção dos autores com base em Kress e van Leeuwen (1996).

PERCURSO ANALÍTICO: REPRESENTANDO A REALIDADE E RECOMPONDO RELAÇÕES SOCIAIS E IDENTIDADES

Antes de iniciarmos a análise, é essencial que façamos duas retomadas. A primeira é com relação ao *corpus*, que é constituído pelo infográfico intitulado “Entenda o transtorno de gênero” (Figura 2) que, aqui, é compreendido como um gênero discursivo multimodal do campo jornalístico, estando associado à reportagem “Transtorno de gênero é tabu e sofrimento para adolescentes”, a qual foi veiculada no jornal eletrônico “O Tempo”, em 23 de agosto de 2015.

ENTENDA O TRANSTORNO DE GÊNERO

NÃO CONFUNDA ORIENTAÇÃO SEXUAL COM CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DE GÊNERO

HOMOSSEXUAL
Conceito ligado à orientação sexual. É o indivíduo que tem definido seu objeto de desejo. Geralmente sente atração por pessoas do mesmo sexo.

TRANSEXUAL
O termo refere-se à identidade de gênero. São pessoas que não se reconhecem em seu próprio corpo. Geralmente se envergam como sendo do gênero oposto. Para a medicina, a transexualidade é um transtorno de identidade de gênero, também chamada de disforia de gênero.

COMO SABER SE SEU FILHO É TRANSEXUAL

- Os médicos explicam que nenhuma característica isolada define a transexualidade. Um menino que brinca de boneca ou uma menina que joga futebol não necessariamente configura transexual. “É um fenômeno muito mais complexo”, revela Dalciara.
- A condição é autodeclaratória. A própria pessoa se declara transexual à medida que vai percebendo um incômodo com seu gênero de nascimento. “Se há conflito com seu corpo biológico, pode ser um indicio de transexualidade, mas não é a única condição”, completa.
- Para a psicanalista Marina Caldas Teixeira, o transexual tem relação de estranhamento com o próprio corpo. “A experiência de estar extraviado de si é um tormento. É uma falta de unidade corporal, um descontentamento com o corpo”, explica.

O QUE O DESCONTENTAMENTO COM O CORPO CAUSA

- Há pessoas que se mutilam, se mutilam e sentem nojo de seu próprio corpo. “Alguns não querem nem se olhar ou se tocar. São vivências angustiantes”, diz Marina Teixeira.
- Um transexual adolescente, geralmente, se incomoda com suas características sexuais secundárias.

No caso do homem trans
menstruação, arredondamento das formas do corpo e aumento dos seios

No caso da mulher trans
aparecimento de pelos no corpo, aumento do pomo-de-adão e mudanças na voz

O QUE FAZER PARA AJUDAR SEU FILHO

- A melhor alternativa, segundo as especialistas, é estar perto de seu filho e dialogar com ele. “A adolescência é a fase de transição mais delicada e perigosa da vida. É preciso estar perto para ver o que ele vai inventar para lidar com a vida. A conversa é o melhor caminho”, sugere Marina Teixeira.
- Do ponto de vista psicológico, não há padrão do que é ou não normal durante a infância, continua a especialista. “Se o jovem não come nem dorme direito ou não rende na escola, os pais precisam se alertar, porque algo na vida da criança não está legal. Ser determinista é perigoso e sagregativo e pode resultar em práticas de violência”, diz.

AJUDA MÉDICA
No estágio inicial, o paciente que se reconhece como transexual precisa de acompanhamento com psicólogo, psiquiatra e endocrinologista. Em fase mais avançada, a equipe médica ganha a companhia também de outros especialistas, como ginecologista, urologista e clínico geral, entre outros.

5 Estados
fazem a cirurgia de redesignação sexual (o termo “mudança de sexo” não é mais utilizado): Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás

A psicologia, no entanto, não trata o assunto como transtorno, segundo a psicóloga Dalciara Ferrão, membro do Conselho Regional de Psicologia

FONTES: PÍQUETTA SIBRELL

Figura 2 – infográfico “Entenda o transtorno de gênero”.

Fonte – Jornal “O Tempo” (2015).

A segunda diz respeito ao percurso analítico, que perpassará as funções da linguagem/constituintes do discurso: ideacional (representação da realidade), relacional

(estabelecimento de relações sociais) e identitária (criação/reafirmação de identidade). Começamos com a primeira: a representação da realidade, que, segundo Meurer (2002, p. 20-21), “diz respeito à rede de conhecimentos e crenças que, em seus textos, os indivíduos revelam sobre diferentes aspectos do mundo”.

O texto do infográfico é constituído a partir de uma representação do que é “ser transexual”, com base em crenças e conhecimentos científicos, do campo da medicina, da psicanálise e da psicologia. O vocabulário/léxico, enquanto categoria analítica, é de extrema importância para revelar como se dá a construção dessa representação.

O título “Entenda o transtorno de gênero”, grafado em letras garrafais, já denuncia a carga negativa e a conotação patológica atribuída à transexualidade, entendida enquanto “transtorno”, portanto, como perturbação, algo que causa incômodo, contrariedade a um estado de coisas tido como normal. Entendemos que o reforço das condições, supostamente patológicas atribuídas aos sujeitos sociais em foco, age sobre os leitores e ecoa junto ao corpo social, fortalecendo uma visão/concepção de sujeito que padece de um mal. As tomadas de posição deterministas e as configurações de estatutos de verdade frente à realidade visam ao controle consciente do conhecimento via linguagem. Outras escolhas lexicais e estilísticas nos subtítulos/seções do infográfico apontam para a mesma direção.

O emprego de construções gramaticais próprias dos discursos médico-científicos, ao se revestirem de um caráter público, utilitário e generalizante, propõe-se a orientar a população sobre determinadas doenças. No texto em foco, a suposta alteração orgânica ou funcional dos sujeitos transexuais ecoa num estilo de linguagem que, aqui, arriscamos chamar de entonação profilática: “Não confunda orientação sexual com construção de identidade de gênero”, “Como saber se seu filho é transexual”, “O que o descontentamento com o corpo causa”, “O que fazer para ajudar seu filho” e “Ajuda médica”. Há um padrão recorrente na ordem do discurso advindo, principalmente, do Ministério da Saúde: primeiro você precisa saber distinguir uma “doença” da outra, as quais são geralmente associadas, por exemplo: “não confunda resfriado com gripe”. Uma vez feita essa diferenciação, você precisa saber/estar bem informado acerca dos sintomas apresentados e dos possíveis danos e sequelas que a doença pode vir a causar. Por fim, como procurar ajuda para se “tratar”. É perceptível, portanto, o estabelecimento de relações dialógicas, isto é, o discurso do infográfico fazendo referência a esses discursos sobre abordagem de doenças com vistas ao esclarecimento da população.

Os próprios textos presentes dentro das seções vão apresentar estruturas linguísticas de cunho patologizante e negativo: “disforia de gênero”, “um incômodo”, “um conflito”, “um tormento”, “são vivências angustiantes”, “descontentamento”, “estranhamento com o corpo” e “há pessoas que se mutilam, se maltratam e sentem nojo do seu próprio corpo”. No que diz respeito aos processos particulares de produção da peça textual em foco, por meio da metafunção representacional conceitual simbólica, articulam-se atributivos simbólicos, tais como: incômodos, conflitos, tormentos, angústias, descontentamentos e estranhamentos. Esses atributos de natureza mental sugerem, antes de mais nada, serem os sujeitos trans afetados por distúrbios de natureza psicológica. Na seção “ajuda médica”, representada/retratada como inevitável, psicólogo e psiquiatra aparecem ancorando o enunciado, seguidos do endocrinologista. Posto se tratar de uma doença, sobremaneira mental, a mesma apresentaria, conforme configurado no texto, um “estágio inicial” e “estágios avançados”.

Embora haja algumas tentativas de se negar a concepção patologizante trazendo-se a voz da psicologia que, como visto em tópico anterior, não entende a transexualidade como patologia, é notória as relações dialógicas que se estabelecem entre discurso médico e discurso da psicologia. Pode-se dizer que, ao ecoar a voz da medicina, o discurso da psicologia se deixa contaminar pela voz/concepção do discurso médico. Vejamos que na parte inferior do texto há uma nota: “A psicologia, no entanto, não trata o assunto como transtorno” e também a menção, por parte da psicóloga, que a transexualidade é “uma condição autodeclaratória”, ou seja, não é diagnosticável, como a visão patológica propõe.

Porém, em momento posterior, a psicóloga vai retomar um discurso da medicina para constituir sua fala “os médicos explicam [...] revela Dalcira [psicóloga], ao passo que ela reforça termos, como: “incômodo” e “conflito”. Essa ambiguidade nos faz regressar a um fator histórico que se desenrolou durante o século XIX, quando do início do estudo da psicologia no Brasil, em que as primeiras contribuições para a psicologia foram oferecidas por médicos (SOARES, 2010). Isto posto, possibilita-nos inferir que a psicologia não se “descolou” totalmente da medicina e ainda reverbera alguns de seus discursos, ainda que se coloque em posição contrária à medicina acerca de como enxergar a pessoa transexual.

Outra questão representacional é a falta da voz de um(a) transexual para explicar o que é transexualidade – tudo é alicerçado no discurso científico. Isso revela uma representação diagnóstica da transexualidade, isto é, são pessoas de “fora”/“especializadas” que determinam quem é ou não transexual e não a(o) próprio(a) transexual. A metafunção representacional de

natureza narrativa se apresenta no infográfico na voz/presença dos chamados no interior da Gramática do Design Visual de ator(es), a saber: os especialistas referidos que aparecem representados como dizentes por meio dos verbos da ordem do dizer: explicar, revelar, completar e sugerir. Dessa forma, sob o ponto de vista da sua recepção ou consumo, o texto vai adquirindo caráter de verdade incontestável.

Considerando que as representações da realidade que os indivíduos criam em seus textos se imbricam com as relações sociais que eles estabelecem e com a identidade (MEURER, 2002), a partir do que foi discutido em termos representacionais, faz-nos perceber que as relações sociais que estão sendo constituídas estão firmadas em uma matriz assimétrica de poder, em que os profissionais que representam a ciência exercem controle sobre as pessoas transexuais. E, quanto à identidade, nota-se que é construída e reforçada a identidade de uma pessoa doente e perturbada, que necessita de um tratamento corretivo para amenizar o “transtorno” que vive.

Voltemos nossos olhares, neste momento, para as imagens que compõem a peça analítica. A figura de posição central, que convencionamos chamar, a partir daqui, de *imagem 1*, está configurada em perspectiva vertical, na qual vimos representado um indivíduo transexual vestindo trajes masculinos sendo observado pelas lupas de cor rosa (conotação feminina) e azul (conotação masculina). A partir do que preconiza a Gramática do Design Visual, constata-se que a *imagem 1* apresenta a(o) transexual em plano médio (*medium shot*) e as lupas em plano fechado (*close-up*). Complementam o infográfico os textos verbais (ao fundo) e as duas imagens estilizadas representativas dos indivíduos do sexo masculino e feminino apresentadas em plano aberto (*long shot*). Sendo assim, relativamente à distância social entre objeto de discurso/realidade representada e observador/leitor das imagens, a ocorrência desses três planos distintos de composição estabelece uma gradação valorativa dos sentidos propícios ao estabelecimento das relações de poder pela linguagem.

A *imagem 1* pode ser lida como narrativa acional transacional. É narrativa porque há uma ação; é transacional porque o ator aparece se dirigindo a alguma coisa, contudo, ao contrário do que se espera, o ator (quem age) não é o personagem da imagem e, sim, as lupas, que nada mais são do que lentes biconvexas que transmitem uma imagem virtual aumentada dos objetos. São elas que estão realizando o movimento de ação (vetor) em direção à pessoa transexual, produzindo um efeito de objetificação dos sujeitos sociais em questão, ou seja, a(o) transexual está sendo analisada(o)/observada(o). A posição oblíqua das lentes (perspectiva)

sugere a possibilidade de tomada desse objeto por terceiros (pais) para a averiguação em detalhes dos componentes do corpo dos sujeitos focalizados no texto em questão.

Vejam os que o vetor relativo à lupa de cor azul se volta para a cabeça/mente do sujeito representado na imagem e o relativo à lupa de cor rosa se volta para os órgãos sexuais e membros inferiores. Compreende-se daí que, primeiro, a figura representada seria do sexo feminino e teria assumido a identidade masculina, segundo, que o sujeito representado é afetado psicologicamente e biologicamente, terceiro, que essas áreas do conhecimento são passíveis de agir sobre essa realidade vivenciada.

Nessa direção, as lupas são simbólicas e representam a visão ampliada, alargada e inquestionável dos campos do saber/conhecimento científico diante do suposto desconhecimento daquelas(es) para as(os) quais o texto se volta. Nesse sentido, o saber supostamente irrefutável das(dos) profissionais que defendem a patologização/diagnosticismo da transexualidade ecoa na voz daqueles/daquelas que se apóiam nesses discursos que, entre outros fatores, colocam o(a) transexual numa posição de objeto a ser investigado e não enquanto ator/protagonista da sua própria vivência. A própria perspectiva das lupas sugere que a(o) transexual está sendo vista(o) de cima, o que confere maior poder a quem está observando, ou seja, a(o) transexual é, mais uma vez, representada(o) como alguém inferior e objetificado.

A *imagem 1* pode, também, ser entendida como verbal, pois há balões de fala. Esses balões, todavia, estão associados às lupas (*close-up*) e não ao personagem (*medium shot*), portanto, tal interpretação se coaduna a noção de que os dizentes – aqueles que estão legitimados a falar da transexualidade – são pessoas externas, ligadas ao discurso científico, e não os próprios viventes/experenciadores da realidade representada/apresentada. No que concerne à categoria “distância social”, percebe-se que a imagem mais próxima do leitor são as lupas, o que assegura a ideia de controle do conhecimento por parte dos profissionais. Essa imagem formada pelas lupas é a que interpela mais vivamente o interlocutor, sendo, portanto, a de maior relevância interativa. Sendo, também, a que mais afeta o processamento da sua leitura. Muito embora se estabeleça a conexão com o leitor/observador, há um distanciamento social que o posiciona como se não compartilhasse a mesma realidade da(o) transexual, ou seja, fosse superior a ele/ela, o que leva a uma interpretação de segregacionismo.

Se levarmos em conta o movimento do olhar do personagem, novamente entendemos como uma imagem narrativa transacional, porque a ação do olhar sendo direcionada a algum lugar. Porém, por ser constituída por um processo reacional, a(o) transexual é entendido como

reator e não como ator da ação – novamente relegado a uma posição secundária/coadjuvante da sua própria vivência. Esse direcionamento de olhar para o leitor pode ser entendido como uma tentativa de se conectar com ele, portanto, enquadrando-se como “demanda” na categoria de contato. Mas nota-se que essa conexão não é uma tentativa de criar afinidade e, sim, uma súplica de ajuda, pois a caracterização do personagem mostra que ele está constrangido e até compelido a estar em tal situação, ou seja, não é algo espontâneo.

A outra imagem, que passaremos a chamar de *imagem 2*, mostra quatro pictogramas masculino/feminino, sendo ligados por uma linha imaginária (vetor), portanto, é entendida como narrativa acional transacional. No caso do homem trans, é o símbolo feminino que pode ser entendido como o ator que direciona uma ação/movimento ao símbolo masculino, pois o símbolo feminino é posto em evidência pelo contraste de cor laranja (cor viva)/cinza (cor de “apagamento”). Assim, é produzido um sentido de que o símbolo masculino é uma projeção imaginária do homem trans, reforçando a ideia de que ele é, na sua essência, uma mulher, embora se “enxergue” como homem. A mesma interpretação vale para a representação da mulher trans. Portanto, a noção de disforia e transtorno é reforçada também nessa imagem.

Por fim, em relação à categoria de modalidade, entendemos que o infográfico, como um todo, é orientado pela codificação científico-tecnológica – comum em textos diagramáticos – em que o valor da realidade está na eficácia e na praticidade como o texto é retratado. Isso diz muito a respeito da produção, distribuição e consumo particulares do gênero infográfico. Ele é produzido, distribuído e consumido para/por ser um texto prático e eficaz que facilita a compreensão de determinado assunto/temática. Ao fazer uma análise geral no infográfico, percebemos a prevalência de critérios como cores muito saturadas e, também, detalhes de traço, iluminação e profundidade em excesso, especialmente na posição central, onde o sujeito transexual é representado. Por esses critérios destoarem do princípio de eficácia e praticidade, implica-se um baixo grau de verdade e credibilidade do infográfico, levando-nos a questionar, portanto, a própria verdade e a credibilidade dos discursos nele imbutidos.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Por tudo o que foi discutido e retomando o objetivo do trabalho, pudemos compreender que, no *corpus* analisado, a realidade da pessoa transexual é retratada como torturante/conflitante, muitas vezes fundamentada em conhecimentos e crenças científicos que,

historicamente, marcam-se como verdades absolutas e soberanas, estabelecendo-se, por consequência, relações de poder/dominação sobre a pessoa transexual, de modo a silenciá-la e invisibilizá-la dentro de uma discussão sobre a sua própria existência. Esses discursos científicos criam/reafirmam uma identidade patológica da pessoa transexual, a qual necessita de tratamento corretivo, cujo poder de diagnóstico está nas mãos dos profissionais que representam a ciência.

Nega-se, assim, a pluralidade de gênero e de orientações sexuais que, há um tempo, vem desconstruindo o paradigma normativo, o qual se pauta em moldes binários, arraigados a uma tradição histórica, que reflete o conservadorismo do país. Ao trazer isso à tona, dentro de uma abordagem crítica de estudo de gênero, espera-se contribuir, mesmo que de forma mínima, para “corrigir injustiças sociais historicamente instituídas e pavimentar o caminho da emancipação dos indivíduos que se encontram no lado menos privilegiado da ordem social” (RAJAGOPALAN, 2008, p. 414).

Novos estudos, pesquisas e análises sobre a temática são importantes para dar, cada vez mais, visibilidade à transexualidade, que se encontra, em partes, negligenciada na emblemática sigla LGBTI, para que, assim, Dandaras, Jennifers, Théos (transexuais cujos casos de assassinato tiveram alguma repercussão) [...] não mais engrossem as fileiras estatísticas de mortes de transexuais no país líder de assassinatos movidos pela transfobia.

REFERÊNCIAS

- ARÁN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora*, n. 1, Rio de Janeiro, v. 9, p. 49-63, 2006.
- BAKHTIN, M. M. *Speech genres and other late essays*. Austin: University of Texas Press, 1986.
- BAKHTIN, M. M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1981].
- BONINI, A. Análise crítica de gêneros jornalísticos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 10., 2012, Curitiba, *Anais...* Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2012.
- CÂMARA, M. *Uma Gramática Visual para o fotojornalismo*. 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

CARDOSO, D. C. Gênero discursivo na perspectiva da Análise Crítica do Discurso de Fairclough. In: DELL'ISOLA, R. L. P (Org.). *Gêneros textuais: o que há por trás do espelho?* Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans*. 2013. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-t%C3%A9cnica-processo-Trans.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

COSSI, R. K. *Transexualismo, psicanálise e gênero: do patológico ao singular*. 2010. 151 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UNB, 2001 [1992].

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London/New York: Routledge, 2003.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 2004.

JORNAL O TEMPO. *Transtorno de gênero é tabu e sofrimento para adolescentes*. 2015. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/transtorno-de-g%C3%AAnero-%C3%A9-tabu-e-sofrimento-para-adolescentes-1.1093244>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading Images: the grammar of visual design*. London/New York: Routledge, 1996.

LEAL, A. A construção da temporalidade no texto multimodal. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, n. 1, Brasília, v. 17, p. 53-69, 2016.

MEURER, J. L. Uma dimensão crítica do estudo de gêneros textuais. In: MOTTA-ROTH, D; MEURER, J. L (Org.). *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino de linguagem*. Bauru: EDUSC, 2002.

MEURER, J. L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

MOTTA-ROTH, D. Análise crítica de gêneros: contribuições para o ensino e a pesquisa de linguagem. *Delta*, n. 2, São Paulo, v. 24, p. 341-383, 2008.

MOTTA-ROTH, D.; MARCUZZO, P. Ciência na mídia: análise crítica de gênero de notícias de popularização científica. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, n. 3, Belo Horizonte, v. 10, p. 511-538, 2010.

NOGUEIRA, et al. *Identidade de gênero na prática pedagógica: uma reflexão sobre o livro "Tuda: uma história de identidade"*. 2016. Disponível em: <http://redetransbrasil.org/uploads/7/9/8/9/79897862/boneco_artigo_tcc.pdf> Acesso em: 25 set. 2017.

PALHANO, L. *2ª Conferência Internacional de Psicologia LGBT e campos relacionados*. 2016. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/tag/transsexuais/>>. Acesso em: 22 set. 2017.

RAJAGOPALAN, K. The Philosophy of Applied Linguistics. In: DAVIES, A.; ELDER, C (Org.). *Handbook of Applied Linguistics*. London: Blackwell Publishers, 2008.

RECHETNICOU, A. O.; LIMA, S. A construção de narrativização identitária no gênero reportagem de revista semanal de informação. In: CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG, 3., 2016, Goiás, *Anais...* Goiás: Universidade Estadual de Goiás, 2016.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. Análise de Discurso Crítica: uma reflexão acerca dos desdobramentos recentes da teoria social do discurso. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, n. 1, v. 5, p. 27-50, 2005.

SOARES, A. R. A psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, n. esp., Brasília, v. 30, p. 246-271, 2010.

SOUZA, J. A. C. Do discurso ao texto (e vice-versa) no infográfico: a divulgação científica midiática, a multimodalidade e a narratividade. In: MOTTA-ROTH, D.; GIERING, M. E. (Org.). *Discursos de popularização da ciência*. Santa Maria, RS: PPGL Editores, 2009.

STOLLER, R. J. *A experiência transexual*. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

SWALES, J. M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SWALES, J. M. *Research genres: exploration and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TEIXEIRA, J. F.; MOURA, A. C. C. Infográfico: a popularidade do gênero e sua abordagem escolar na perspectiva de um livro didático de língua portuguesa. *Revista Inventário*, n. 16, Salvador, p. 1-18, 2015.

TGEU. *31st March 2016: Trans Day of Visibility Press Release Over 2,000 trans people killed in the last 8 years*. 2016. Disponível em: <<https://tgeu.org/transgenderday-of-visibility-2016-trans-murder-monitoring-update>>. Acesso em: 5 set. 2017.